

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DO EMPREGO RURAL NO PARANÁ

Rural employment tendencies and challenges in Paraná

Maria Salete Zanchet*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal dimensionar o mercado de trabalho agrícola no Paraná, com destaque para o crescimento do emprego rural. As bases de dados selecionadas para análise são o Censo Agropecuário 2006 e os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos ao triênio 2007-2009. A análise das estatísticas dessas duas fontes de dados evidencia movimento distinto entre número de pessoas ocupadas e número de empregados na agropecuária paranaense. Prossegue a tendência decrescente de pessoal ocupado na agropecuária, iniciada com o advento da modernização agrícola e, em movimento contrário, cresce a formalização do trabalho rural, com aumento do emprego permanente e temporário.

Palavras-chave: Emprego rural. Mercado de trabalho agrícola. Formalização do trabalho rural.

ABSTRACT

This article has, as its main objective, to measure the agricultural labor market in the Paraná state, with emphasis on job growth at rural areas. The selected databases used in the analysis are the 2006 Agropastoral Census (Censo Agropecuário 2006), and the administrative records from the Ministry of Labor and Employment (Ministério do Trabalho e Emprego) – comprehending the period from 2007 to 2009. Examining the statistics from these sources, it is possible to find discrepancies between the figures of occupied persons and the figures of formal employed personnel in the state's agropastoral sector. The tendency of decreasing number of occupied persons in the sector continues, through the process of agricultural technological modernization. In the opposite direction, the formal employment at rural areas advances, with growth on both permanent and temporary employment.

Keywords: Rural employment. Agricultural labor market. Formal employment at rural areas.

* Engenheira agrônoma, mestre em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), coordenadora do Núcleo de Socioeconomia Rural do IPARDES. E-mail: saletez@ipardes.pr.gov.br

Artigo recebido em set./2011 e aceito para publicação em nov./2011.

INTRODUÇÃO

O Paraná registrou aumento significativo na área de lavouras no último período intercensitário: a área colhida de lavouras passou de 5,1 milhões de hectares, em 1995, para 6,5 milhões, em 2006, conforme dados do Censo Agropecuário. Como resultado, a utilização das terras com lavoura ampliou, no período, de 32% para 42% sua participação na área total dos estabelecimentos do Estado – 15,3 milhões de hectares, em 2006. Uma mudança de tal amplitude não se verificava, no Estado, desde o final da década de 1970. Concomitantemente ao incremento da área de lavouras, houve redução na área utilizada com pastagens, de cerca de 1,9 milhão de hectares, e ampliação da área com matas e florestas – mais 612 mil hectares (SIDRA/IBGE).

No triênio 2007/2009 a área colhida de lavouras temporária e permanente alcançou cerca de 9,7 milhões de ha no Paraná, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As cinco principais lavouras (soja, milho, trigo, feijão e cana-de-açúcar) representaram cerca de 93,3% da área total colhida, o que indica tendência de especialização produtiva em direção ao agronegócio. Deste conjunto, apenas a lavoura de feijão não tem a indústria como destino principal, e as lavouras de milho e trigo estão associadas ao abastecimento interno – seja na alimentação humana ou na cadeia produtiva de carnes, no caso do milho. Por sua vez, o complexo soja mantém-se como principal item na pauta exportadora paranaense.

A especialização produtiva da agropecuária paranaense e de suas indústrias associadas se refletem também no comércio exterior. Em 2009, no Paraná, o principal produto de exportação foi a soja em grão, que alcançou US\$ 1,835 bilhões, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A soja em grão respondeu por 16,4% do total das exportações do Paraná, seguida pela exportação de carne de frango *in natura* (10,4%) e farelo de soja (9,2%). Ou seja, apenas dois produtos da agropecuária (soja e aves) respondem por cerca de 36,4% do valor das exportações paranaenses. O desempenho da produção agrícola e dos valores de exportação ligados ao agronegócio evidenciam a importância do setor agropecuário para a economia paranaense.

É preciso considerar que a agropecuária não está restrita apenas aos complexos produtivos de exportação. Os dados do Censo Agropecuário 2006 revelam a importância e magnitude da agricultura familiar no contexto paranaense. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Paraná, a agricultura familiar, tendo como critério a Lei 11.326, é responsável por 43% do Valor Bruto da Produção, em apenas 28% da área total dos estabelecimentos recenseados; representa 82% do número de estabelecimentos e 70% do pessoal ocupado. Trata-se de segmento diversificado, com significativo número de estabelecimentos onde se pratica a agricultura de subsistência e a produção de alimentos, voltada para o

abastecimento interno e a segurança alimentar; porém, em alguma medida, também associada aos complexos agroindustriais de exportação (NEAD/MDA).

Os principais agregados do mercado de trabalho paranaense, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam tendência de redução na ocupação agrícola, comparativamente às ocupações urbanas. Em 1997, o número de ocupados no Paraná totalizava 4.314,7 mil pessoas, das quais 1.173,4 mil eram ocupados agrícolas; em 2006, o total de ocupados passou a 5.406,9 mil pessoas, ou seja, apresentou 25,3% de crescimento no período considerado. As ocupações agrícolas totalizaram 1.046,3 mil pessoas em 2006, o que representou um decréscimo de 10,8% ao longo do tempo. Pelos dados apresentados é possível evidenciar que o setor agropecuário contribui de forma positiva para o desempenho da economia paranaense, porém os reflexos no mercado de trabalho têm favorecido muito mais as ocupações urbanas em comparação às ocupações agrícolas (IPARDES, 2008).

Pelos dados apresentados, pode-se inferir que, embora o setor agropecuário contribua de forma significativa para o desenvolvimento econômico paranaense, tem se revelado um setor excludente no que tange ao mercado de trabalho. Enquanto as ocupações totais se apresentam em franco crescimento, observa-se tendência decrescente no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Não resta dúvida de que esta tendência está relacionada com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado, cuja principal característica é a intensificação dos fatores de produção, sinalizada pela modernização da agricultura.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a redução de pessoal ocupado na agropecuária paranaense mantém-se como tendência ao longo do tempo, observa-se um sensível crescimento da formalização do emprego rural. Esta aparente contradição nos leva a perguntar: afinal, qual é a tendência para o emprego rural no Paraná?

O problema evidenciado se refere ao dimensionamento do mercado de trabalho agrícola. Assim, o objetivo principal deste artigo consiste em confrontar os conceitos de pessoal ocupado e de emprego rural na agropecuária paranaense, de forma a dimensionar o mercado de trabalho agrícola e suas tendências.

O artigo se propõe unicamente a ser uma contribuição ao debate existente sobre o emprego rural no Paraná, através dos resultados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário 2006 e dos registros administrativos RAIS/CAGED, indicativos do emprego formal. A posição defendida é de que as bases de dados selecionadas para operacionalizar estes conceitos levam ao aprofundamento do debate sobre o trabalho rural e podem subsidiar a implementação de políticas públicas, com vistas a um desenvolvimento agrícola menos excludente do que aquele que se estabeleceu no Paraná nos últimos anos.

O tema proposto é desenvolvido em três etapas, além desta introdução. Primeiramente, é feita uma apresentação dos principais conceitos que norteiam a análise e da forma de acesso às bases de dados. A análise inicia com os dados

censitários, através de uma breve retrospectiva do desenvolvimento agrícola paranaense, e apresentação dos dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário 2006. Em seguida, são analisados os registros administrativos, que dimensionam o emprego formal na agropecuária. Esta etapa analítica é parte de Zanchet, Dias e Prado (2010). Na conclusão, estão apresentados os desafios e as tendências esperadas para o emprego rural no Paraná.

1 DEFINIÇÃO CONCEITUAL E ACESSO AOS DADOS

No escopo deste artigo, torna-se necessária a definição de dois conceitos principais: pessoal ocupado na agropecuária e emprego rural.

O conceito de pessoal ocupado apresenta-se como um conceito mais amplo, pois não expressa apenas o trabalho formal – que exige contrato de trabalho – mas abrange também a ocupação informal. Portanto, designa o trabalho remunerado, representado pelo emprego permanente ou temporário; e designa também o trabalho não remunerado, em ajuda a membro de unidade familiar ou para consumo próprio, e que não significa um emprego rural. Por sua vez, o Censo Agropecuário 2006 considera a condição de empregado segundo quatro categorias: permanente, temporário, parceiro e outra condição.

No entanto, ao se tratar de assalariados rurais (empregados permanentes ou temporários), há que se considerar as normas reguladoras para o trabalho rural. A Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, define em seu artigo 2.º: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”.

Portanto, é considerada empregada, permanente ou temporária, a pessoa que trabalha para um empregador, o qual pode ser pessoa física ou jurídica, de forma subordinada, cumprindo jornada de trabalho, mediante remuneração em dinheiro ou mercadoria, como contrapartida. É a este trabalhador que se referem os dados de emprego formal apresentados com os registros administrativos.

Quanto à disponibilidade de dados, estes foram acessados em consultas *on line* na página do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (www.mte.gov.br); quanto aos dados censitários, PNAD e PAM, através do Banco de Dados Agregado (SIDRA), na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br).

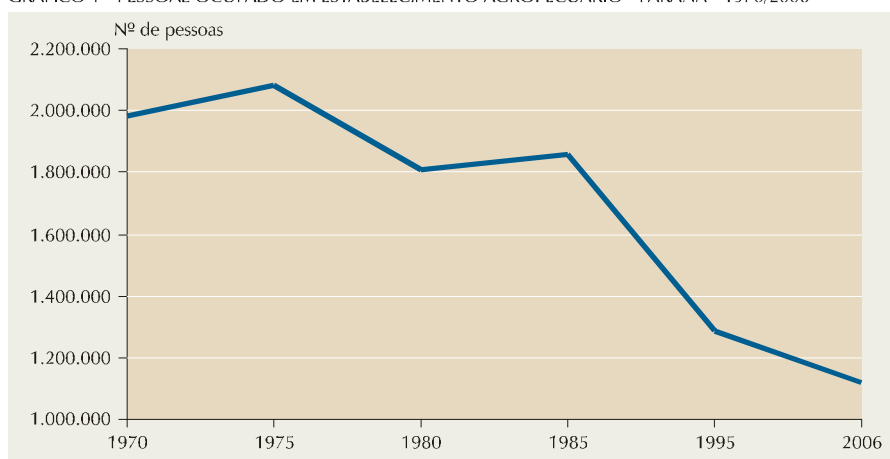
2 PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

Os resultados finais do Censo Agropecuário 2006 foram divulgados em setembro de 2009 e constituem importante fonte de informação sobre a realidade do setor agropecuário, no que diz respeito às características de ocupação e emprego no meio rural. De periodicidade decenal, o Censo estabelece o panorama geral do setor, tem como unidade de observação o estabelecimento agropecuário, e os dados se referem ao pessoal ocupado com ou sem laços de parentesco com o responsável pela condução dos trabalhos da exploração econômica.

Cabe destacar algumas mudanças metodológicas entre os dois últimos censos, que passou de ano agrícola para ano civil. Até o Censo de 1985 e em 2006, a data de referência para todas as informações é o dia 31 de dezembro. No Censo 1995/1996, os dados de pessoal ocupado têm como data referencial o dia 31 de dezembro de 1995, porém os dados relativos à produção agrícola e florestal se referem ao período compreendido entre o primeiro dia de agosto de 1995 ao último dia de julho de 1996. Em consequência das alterações de data referencial, os dois censos mais recentes não são estritamente comparáveis em todos os seus quesitos. Isto posto, optou-se pela apresentação dos dados relativos apenas ao pessoal ocupado do Censo Agropecuário 2006, nas diversas possibilidades de cruzamento de variáveis.

Observa-se tendência decrescente no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Paraná, a partir de 1985, situação semelhante ao que ocorre em nível nacional. Conforme dados de série histórica, entre 1985 e 2006, foram eliminados 737 mil postos de trabalho e, entre os dois últimos censos, a redução foi de 170 mil pessoas ocupadas (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO - PARANÁ - 1970/2006



FONTE: IBGE - Censos Agropecuários

O Paraná, nos anos 70, ainda registrava fluxos migratórios para sua fronteira agrícola, o que é evidenciado pela discreta elevação do número total de pessoal ocupado entre 1970 e 1975, ano em que contava com cerca de 2.079 mil pessoas ocupadas no setor agropecuário, e parcela significativa desta população se encontrava domiciliada em áreas rurais.

Entretanto, a partir de 1975, o setor agropecuário paranaense passou por importantes transformações, algumas das quais contribuíram para a redução gradativa do emprego no meio rural. Entre as principais ocorrências que influenciaram as mudanças, destacam-se a erradicação dos cafeeiros, prejudicados pela intensa geada registrada no inverno de 1975; a introdução de lavouras temporárias mecanizadas, em especial o cultivo de soja; e os problemas decorrentes da erosão na região

Noroeste, que desencadearam medidas de restrição no uso e manejo do solo. Entre estas medidas estão a substituição de lavouras temporárias pelo cultivo de pastagens e a expansão da pecuária de corte.

Nos anos 80 e 90, outras mudanças técnicas contribuíram para a redução da contratação de trabalho, especialmente nas tarefas de capina e de colheita: a redução da área cultivada com algodão; a terceirização mecanizada das atividades de plantio e colheita; a adoção de práticas conservacionistas – em especial o plantio direto na palha em microbacias sistematizadas; e, mais recentemente, a introdução de lavouras com sementes geneticamente modificadas, que reduzem ainda mais a necessidade de mão de obra, tanto para capina quanto nos tratos culturais. Portanto, a queda mais acentuada no pessoal ocupado entre 1985 e 2006 pode estar associada às mudanças de atividade econômica e às mudanças na base técnica de produção.

Entretanto, observa-se também que, entre 1995/96 e 2006, a tendência de redução no pessoal ocupado é menos acentuada em relação ao decênio anterior. Este ritmo mais lento na queda de pessoal ocupado de um período para outro possivelmente esteja associado à introdução e/ou expansão de atividades que demandam trabalho, seja familiar ou contratado, entre as quais é possível destacar: a expansão do cultivo de cana-de-açúcar e das usinas de açúcar e álcool; a instalação de pomares de laranja, com o fim da restrição à citricultura, imposta ao Paraná pela campanha nacional de erradicação do cancro cítrico; o cultivo de espécies florestais associado à expansão de unidades de produção de papel, celulose e placas de madeira (MDF); a revitalização da cafeicultura através do cultivo adensado, auxiliada pelo sistema de alerta à geada; o crescimento da atividade leiteira e da avicultura; bem como a introdução e expansão do cultivo do tabaco. Sem a participação destas atividades econômicas, provavelmente a queda no número de pessoas ocupadas no meio rural paranaense teria sido ainda mais acentuada no último decênio.

Uma peculiaridade do Censo Agropecuário 2006 é trazer as informações de pessoal ocupado com e sem laços de parentesco com o produtor. Do total de pessoal ocupado em 2006, cerca de 78,4% tinha algum laço de parentesco com o produtor¹ e 21,6% não tinha laço de parentesco. O pessoal ocupado com laços de parentesco está inserido na agricultura desenvolvida com trabalho familiar, ou seja, com a participação direta de pessoas da família, na execução ou como auxiliar das atividades produtivas. O pessoal ocupado sem laços de parentesco representa o trabalho contratado, ou seja, delimita o emprego rural (tabela 1).

A proporção do pessoal ocupado com laços de parentesco é superior à média estadual nas mesorregiões geográficas do Centro-Sul, Sudeste, Sudoeste, Oeste e Metropolitana, indicativo de maior participação da agricultura familiar. Por sua vez, o trabalho contratado tende a ser mais representativo nas mesorregiões geográficas Norte Central, Norte Pioneiro Noroeste, Centro Ocidental e Centro-Oriental,

¹ Foram considerados laços de parentesco os seguintes casos: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô, avó, genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado do produtor.

onde o pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor ocorre em proporção superior à média estadual.

TABELA 1 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO COM E SEM LAÇOS DE PARENTESCO COM O PRODUTOR, POR MESORREGIÃO DO PARANÁ - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	PESSOAL OCUPADO COM LAÇOS DE PARENTESCO		PESSOAL OCUPADO SEM LAÇOS DE PARENTESCO		TOTAL (Abs.)
	Abs.	%	Abs.	%	
Norte Central Paranaense	120.590	63,6	69.118	36,4	189.708
Oeste Paranaense	127.289	86,5	19.944	13,5	147.233
Sudoeste Paranaense	115.046	90,3	12.427	9,7	127.473
Centro-Sul Paranaense	110.909	89,4	13.142	10,6	124.051
Noroeste Paranaense	81.568	70,1	34.813	29,9	116.381
Sudeste Paranaense	100.285	89,2	12.131	10,8	112.416
Norte Pioneiro Paranaense	58.876	64,6	32.276	35,4	91.152
Metropolitana de Curitiba	71.539	85,6	11.995	14,4	83.534
Centro-Occidental Paranaense	45.738	70,9	18.760	29,1	64.498
Centro-Oriental Paranaense	44.250	73,0	16.388	27,0	60.638
TOTAL GERAL	876.090	78,4	240.994	21,6	1.117.084

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Enfim, é preciso considerar que a agropecuária empresarial se estende por todas as regiões do Paraná, seja através da contratação direta de trabalhadores, como é o caso da indústria canavieira, ou por meio da integração, a exemplo do complexo de carnes. Porém, em algumas regiões geográficas, em especial na porção norte e noroeste paranaense, o emprego rural tende a ser mais representativo, em que pese a ocorrência em proporções significativas das ocupações relacionadas ao trabalho familiar.

A existência de mercado de trabalho é caracterizada pela contratação de empregados, permanentes ou temporários, e, para a finalidade do Censo Agropecuário 2006, foram consideradas as seguintes definições: empregado permanente, empregado temporário, empregado-parceiro e outra condição. Cerca de 98,8% do total de empregados são pessoas com 14 anos ou mais de idade (tabela 2).

TABELA 2 - PESSOAL OCUPADO SEM LAÇOS DE PARENTESCO COM O PRODUTOR NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO COM MENOS DE 14 E 14 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO A CONDIÇÃO DOS EMPREGADOS - PARANÁ - 2006

CONDIÇÃO DOS EMPREGADOS	PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM MENOS DE 14 ANOS DE IDADE		PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM 14 ANOS E MAIS DE IDADE		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Temporários	288	0,1	131.423	54,5	131.711	54,7
Permanentes	2.028	0,8	100.632	41,8	102.660	42,6
Parceiros	130	0,1	4.528	1,9	4.658	1,9
Outra condição	464	0,2	1.501	0,6	1.965	0,8
TOTAL GERAL	2.910	1,2	238.084	98,8	240.994	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Na categoria de empregado temporário, estão as pessoas contratadas para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais, como preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita, limpeza de pasto, etc., sem a intermediação de terceiros. Nesta categoria, não estão incluídos os trabalhadores contratados para executar tarefas no estabelecimento agropecuário através de empreiteiros contratados pelo produtor. Em 2006, os produtores recenseados informaram a contratação de 131.711 empregados temporários, o que representa 54,7% do total.

Na categoria de empregado permanente, a característica principal a ser observada é o trabalho regular e contínuo em atividades do estabelecimento agropecuário. No caso dos empregados permanentes, considerou-se o contrato de trabalho de no mínimo seis meses ou, quando fosse inferior a seis meses, que o contrato mantivesse a característica de trabalho regular e contínuo. Nesta condição, estão 102.660 pessoas contratadas, ou 42,6% do total.

Na condição de empregados, permanente e temporário, estão cerca de 234.371 pessoas ou 97,3% do total de pessoal ocupado sem laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento agropecuário. Outras duas categorias têm representação residual no conjunto dos trabalhadores agrícolas: parceiro e outra condição.

O empregado-parceiro representa as pessoas ocupadas no estabelecimento agropecuário, subordinadas diretamente ao produtor ou capataz, e que executam as tarefas agrícolas mediante recebimento de uma cota-parte da produção: meia, terça, quarta, etc. Nessa forma de contratação está uma parcela residual de empregados, apenas 4.658 pessoas ocupadas ou 1,9% do total. No Paraná, a parceria chegou a constituir relação de trabalho significativa em períodos anteriores, especialmente nas lavouras de café e algodão, e a redução da participação desta categoria no total de empregados representa uma mudança importante nas condições de acesso à terra e ao trabalho. Na categoria outra condição estão as pessoas que trabalharam no estabelecimento e não se enquadram nas categorias anteriores, como moradores e agregados, e se apresenta pouco representativa no total de empregados.

Os dados de pessoal ocupado podem ser obtidos de acordo com o número de pessoas empregadas nos estabelecimentos agropecuários (tabela 3). Neste aspecto, é possível evidenciar duas situações distintas quanto aos estabelecimentos: pequenos e grandes contratantes. A parcela mais representativa é a dos estabelecimentos que contratam menos de cinco pessoas, responsáveis por 37% do total de empregos e, provavelmente, ligados à agricultura familiar. É oportuno lembrar que, sob a ótica do enquadramento ao PRONAF, o produtor rural pode registrar até dois empregados permanentes.

O censo revela também a existência de grandes companhias agrícolas, responsáveis pela contratação de numeroso grupo de empregados, possivelmente associadas aos contratos de empregados para a safra de cana-de-açúcar, e para o

trabalho nas usinas de açúcar e álcool, nas regiões Norte e Noroeste paranaense. Neste conjunto de contratos mais numerosos é possível que estejam incluídos os condomínios de empregadores rurais. O condomínio rural é formado por produtores rurais pessoa física, de preferência com o mesmo tipo de atividade rural, com o objetivo de contratar trabalhadores rurais temporários pelos dias necessários, ou por prazo limitado, para atender aos estabelecimentos agropecuários do grupo de condôminos. Com isso, os trabalhadores rurais têm asseguradas as garantias trabalhistas, como registro em carteira e contribuição previdenciária, entre outros direitos. No Paraná, os primeiros grupos a se formarem foram constituídos por produtores de cana-de-açúcar, laranja, café e mandioca (IPARDES, 2005).

TABELA 3 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEM LAÇOS DE PARENTESCO COM O PRODUTOR, SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO E CONDIÇÃO DOS EMPREGADOS - PARANÁ - 2006

GRUPO DE PESSOAL OCUPADO	CONDIÇÃO DOS EMPREGADOS				
	TOTAL	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Empregados Parceiros	Outra Condição
Menos de 5 pessoas	89.220	51,1	43,3	3,8	1,7
De 5 a menos de 10 pessoas	31.540	35,1	62,2	2,0	0,7
De 10 a menos de 20 pessoas	27.565	30,2	68,0	1,5	0,2
De 20 a menos de 50 pessoas	22.997	31,0	68,0	0,4	0,6
De 50 a menos de 100 pessoas	10.831	26,7	73,3	-	-
100 e mais pessoas	58.841	46,9	52,9	0,2	-
TOTAL GERAL	240.994	42,6	54,7	1,9	0,8

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006

3 EMPREGO FORMAL NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

A outra base de dados selecionada para análise são os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que fornece o estoque anual de emprego, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que fornece a movimentação mensal de empregos celetistas. O fornecimento destes registros é de responsabilidade dos estabelecimentos e se baseia na autoclassificação dos informantes. Tendo em vista esta peculiaridade, podem ocorrer divergências quanto ao setor de enquadramento dos estabelecimentos. Embora constituam importantes fontes de dados para análises do mercado de trabalho e propostas de políticas públicas, ainda são escassas as referências que utilizam os registros administrativos em estudos de emprego no setor agropecuário.

3.1 DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ENTRE 2007 E 2009

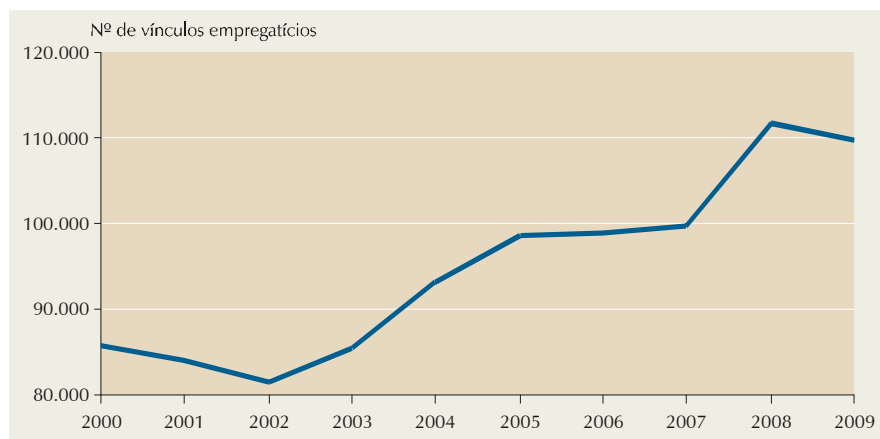
A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre outros atributos, é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. Instituída em 1975, a RAIS foi criada originalmente com o objetivo

de controlar a entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil e os registros relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O número de empregos informado pela RAIS, entretanto, tem como data de referência 31 de dezembro, posição esta que pode modificar-se a cada mês, com os postos de trabalho gerados pelas contratações temporárias. Estima-se que os dados da RAIS chegam a representar cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro.

Os principais conceitos utilizados pela RAIS são vínculos empregatícios e número de trabalhadores. Entende-se por vínculos empregatícios as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. Por sua vez, o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode acumular, na data de referência, mais de um emprego.

O Paraná registrou em 2009 um total de 109.824 vínculos empregatícios, conforme dados da RAIS. A série histórica entre 2000 e 2009 demonstra que o período mais recente é de crescimento do emprego rural, com aumento de 21% dos postos de trabalho na agropecuária (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NO SETOR AGROPECUÁRIO, NO PARANÁ - 2000-2009



FONTE: MTE - RAIS

A distribuição regional dos vínculos empregatícios no Paraná indica que o número de postos de trabalho tende a ser mais representativo nas mesorregiões geográficas Norte Central, Norte Pioneiro Noroeste e Centro-Oriental (tabela 4).

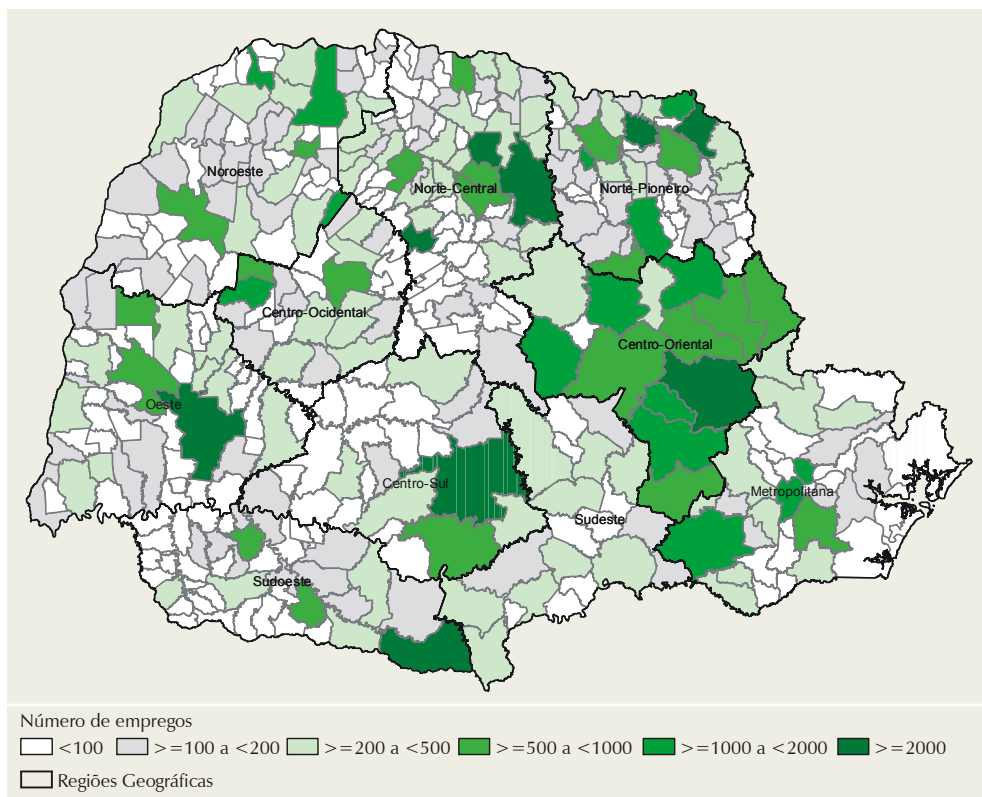
Sendo a RAIS uma base flexível quanto à distribuição territorial dos postos de trabalho, permite a localização municipal destes vínculos ativos. Obtida a partir da média trienal do estoque de empregos no período analisado, a distribuição dos postos de trabalho no Paraná está representada no mapa 1.

TABELA 4 - EMPREGO FORMAL NA AGROPECUÁRIA POR MESORREGIÕES - PARANÁ - 2007-2009

MESORREGIÃO	EMPREGO - VÍNCULOS ATIVOS					
	2007		2008		2009	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Norte Central Paranaense	19.238	19,3	20.596	18,5	20.149	18,4
Norte Pioneiro Paranaense	13.258	13,3	19.142	17,2	18.285	16,7
Centro-Oriental Paranaense	14.283	14,3	14.964	13,4	14.175	12,9
Noroeste Paranaense	10.702	10,7	11.848	10,6	12.467	11,4
Oeste Paranaense	9.806	9,8	10.518	9,4	10.620	9,7
Centro-Sul Paranaense	9.397	9,4	9.489	8,5	10.115	9,2
Metropolitana de Curitiba	8.890	8,9	10.608	9,5	9.187	8,4
Centro-Occidental Paranaense	6.842	6,9	6.438	5,8	6.478	5,9
Sudoeste Paranaense	3.810	3,8	4.195	3,8	4.288	3,9
Sudeste Paranaense	3.487	3,5	3.810	3,4	4.060	3,7
TOTAL GERAL	99.713	100,0	111.608	100,0	109.824	100,0

FONTES: MTE - RAIS

MAPA 1 - MÉDIA TRIENAL DO EMPREGO RURAL NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - 2007-2009



FONTES: MTE - RAIS

BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

Cabe destacar os municípios de Bandeirantes, Cascavel, Castro, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Rolândia e São Pedro do Ivaí, com mais de 2 mil postos de trabalho no triênio 2007-2009. A concentração de empregos nestes municípios, muito provavelmente, está relacionada com a localização da sede das empresas agropecuárias contratantes, pois, tratando-se de registros administrativos, prevalece o domicílio fiscal. Distribuídos nas áreas de maior desenvolvimento agrícola e em polos regionais, é significativo o número de municípios com mais de 500 empregos formais.

3.2 SAZONALIDADE DAS CONTRATAÇÕES AGRÍCOLAS

Por sua vez, o CAGED fornece as movimentações de postos de trabalho ocorridas no mês de referência. As declarações de estabelecimentos com movimentação de pessoal são prestadas até o dia 7 do mês subsequente. Os estabelecimentos enviam no início do mês as informações sobre os trabalhadores admitidos ou desligados ao longo do mês anterior. Criado em 1965, como instrumento de acompanhamento e fiscalização do processo de admissão e dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde 1986, é utilizado também como suporte ao pagamento do seguro-desemprego. A cobertura dos dados varia de acordo com a região geográfica e está estimada em torno de 85% do universo de empregados celetistas. Os dados do CAGED indicam como as questões conjunturais influenciam o mercado de trabalho ao longo do ano e evidenciam a sazonalidade das contratações nas atividades agrícolas.

Considera-se desligamento toda saída de pessoa cuja relação empregatícia cessou durante o mês por qualquer motivo, seja demissão, aposentadoria ou morte, por iniciativa do empregador ou do próprio empregado. Neste artigo, são apresentadas a variação absoluta do estoque de emprego (ou seja, a diferença entre admitidos e desligados, nos anos de 2007 a 2009, e a flutuação do emprego que é obtida através desta variação.

Em linhas gerais, os anos de 2007 e 2008 caracterizaram-se por saldos positivos no emprego formal. No ano de 2009, em grande parte dos meses o número de admitidos foi inferior ao de demitidos, o que acarretou um saldo anual negativo (-4.490). Numa análise mensal, em 2007 o saldo foi negativo em janeiro, julho, agosto, novembro e dezembro – nos demais meses os saldos foram positivos. Em 2008, o saldo manteve-se negativo em janeiro, novembro e dezembro, meses em que há maior número de demissões, em função do período de entressafra; nos demais meses o saldo foi positivo. Já, no ano de 2009, o saldo foi negativo nos meses janeiro, fevereiro, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, e positivo nos meses março, abril, maio e junho. Contudo, a geração de empregos nesses meses não foi suficiente para evitar uma queda geral no número de empregos em relação aos anos anteriores (tabela 5).

TABELA 5 - ADMITIDOS, DESLIGADOS E SALDO NO SETOR AGROPECUÁRIO - PARANÁ - JAN 2007-DEZ 2009

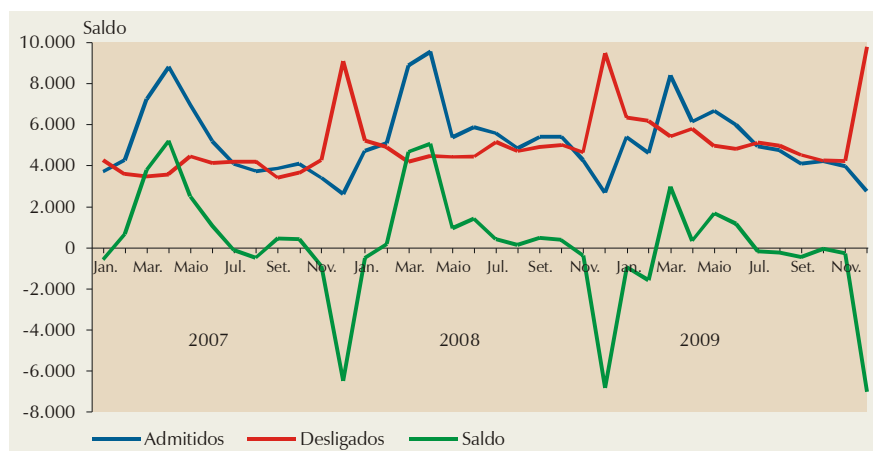
MÊS	2007			2008			2009		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	3.711	4.288	-577	4.724	5.210	-486	5.396	6.340	-944
Fevereiro	4.277	3.593	684	5.094	4.900	194	4.605	6.174	-1569
Março	7.253	3.469	3784	8.873	4.192	4681	8.396	5.417	2979
Abril	8.800	3.584	5216	9.545	4.479	5066	6.137	5.800	337
Mai	6.957	4.450	2507	5.375	4.424	951	6.652	4.965	1687
Junho	5.203	4.137	1066	5.871	4.446	1425	5.987	4.817	1170
Julho	4.086	4.201	-115	5.576	5.153	423	4.944	5.115	-171
Agosto	3.734	4.203	-469	4.854	4.707	147	4.747	4.973	-226
Setembro	3.870	3.410	460	5.388	4.905	483	4.089	4.529	-440
Outubro	4.087	3.659	428	5.401	5.015	386	4.210	4.244	-34
Novembro	3.411	4.278	-867	4.268	4.646	-378	3.965	4.234	-269
Dezembro	2.614	9.088	-6474	2.682	9.485	-6803	2.765	9.775	-7010

FONTE: MTE - CAGED

Entre os fatores que possivelmente justificam a queda no saldo de emprego em 2009, está o fator climático, como apontam os boletins do INPE do ano de 2009, os quais relatam o aumento considerável de chuvas na Região Sul do Brasil, especialmente no segundo semestre, causadas pelo fenômeno El Niño, que ocasionou a queda da produção agrícola, e as consequências da crise financeira internacional que afetaram diretamente as exportações agrícolas, que no Paraná têm uma representação considerável.

A sazonalidade das contratações fica evidente através da variação mensal do emprego formal. A flutuação no emprego rural confirma a existência de períodos intensos de contratação entre fevereiro e maio, coincidentes com o início das colheitas de cana-de-açúcar, café e laranja, e a concentração das demissões entre novembro e janeiro, o período de desligamentos em massa, decorrentes da entressafra (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO FORMAL NA AGROPECUÁRIA, NO PARANÁ - JAN 2007-DEZ 2009



FONTE: MTE - CAGED

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso destacar que as bases de dados estatísticos selecionadas para análise neste artigo têm metodologias e objetivos distintos, que se traduzem pela abrangência das informações, unidade de análise e período de referência, entre outros aspectos. Em que pese a natureza distinta e as restrições próprias de cada base de dados, os resultados obtidos convergem para mostrar o panorama geral do mercado de trabalho no setor agropecuário do Paraná.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 indicam uma proporção de pessoal ocupado sem laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento agropecuário que alcança cerca de 21,6 % do total. Considerando o total de pessoal ocupado sem laços de parentesco, o Censo Agropecuário indica a existência de 240.994 pessoas ocupadas na condição de empregados nos estabelecimentos agropecuários recenseados, dos quais cerca de 102.660 pessoas eram empregados permanentes.

Um ponto de convergência pode ser estabelecido entre os dados de pessoal ocupado na condição de empregado no Censo Agropecuário 2006 e os registros administrativos RAIS/CAGED (MTE), que situam em torno de 100 mil o número médio de empregos no mercado formal, no triênio 2007-2009. Estas observações indicam o ajuste das diferentes bases de dados no que se refere aos contornos e dimensão do mercado de trabalho na agropecuária paranaense, o qual dá indicativo de se estabilizar em torno das estatísticas anuais obtidas para a média trienal.

A análise dos dados de pessoal ocupado e dos registros administrativos tornam evidente que, enquanto a série histórica de pessoal ocupado indica um declínio no total de pessoas ocupadas na agropecuária, o número de empregos formais apresenta elevada taxa de crescimento entre 2000 e 2009 e se estabiliza no último ano, devido à crise econômica mundial.

Os dados obtidos de emprego nas atividades agropecuárias sugerem o estabelecimento de uma nova dinâmica em que, cada vez mais, a lógica do agronegócio se impõe nas relações de trabalho no campo, visto que o emprego formal está fortemente atrelado aos complexos industriais que se estabeleceram e se expandiram no Paraná, muitos dos quais relacionados com as demandas econômicas do comércio exterior.

A geração de emprego no setor agrícola no Paraná sofre grande influência da dinâmica do cultivo de cana-de-açúcar, o que é possível de ser observado pelos dados mensais do CAGED. Há contratação significativa de mão de obra temporária, que acontece no período de safra dessa cultura, demonstrando a tendência sazonal dos contratos e a flutuação do emprego.

A perspectiva, entretanto, é de estabilização do número de empregados rurais em torno da média trienal de vínculos empregatícios revelados pela RAIS para o período 2007-2009, com aumento da qualificação profissional e de habilidades específicas às diversas atividades econômicas que demandam trabalho rural no Paraná.

De forma sintética, é possível evidenciar as seguintes tendências e desafios: a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, com redução do emprego e exigência de melhor qualificação do trabalhador; e o crescimento da prestação de serviços nas atividades econômicas do setor agropecuário, o que fará da terceirização das atividades de apoio importante alternativa de trabalho e renda.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 24 set. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **[Site institucional]**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança comercial brasileira**: dados consolidados. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e desempregados - CAGED**. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE?lang=0>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

IPARDES. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas**: resultados da pesquisa de campo: relatório final. Curitiba, 2005.

ZANCHET, Maria Salete. **Características das ocupações na agropecuária paranaense**. Curitiba: IparDES, 2008. (Primeira versão, n.7). Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira_versao7_agropecuaria.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2009.

ZANCHET, Maria Salete; DIAS, Agemir de Carvalho; PRADO, Vanilda Rosa. **Características do emprego no setor agropecuário e florestal do Paraná**. Curitiba: IparDES, 2010. (Nota Técnica, n. 9). Disponível em: <www.ipardes.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 19 dez. 2010.